



SEGUNDO RELATÓRIO DE VISITA À FRENTE DE ATRAÇÃO ZORÓ

Roberto Gambini

Agosto de 1984.

1. SITUAÇÃO DE PESQUISA.

Nossa segunda visita à Frente de Atração Zoró, no Parque Indígena de Aripuanã, Mato Grosso, teve a duração de três semanas, de 25 de julho a 14 de agosto de 1984. Por ocasião de nossa estadia, encontravam-se na aldeia o chefe da Frente, Natalício da Silva Maia, sua esposa e dois filhos menores; o atendente de enfermagem Roberto Pires dos Santos; o braçal Pedro Chaves Rodrigues e sua esposa; e o antropólogo Gilio Brunelli, da Universidade de Montreal.

Durante a visita, tivemos ocasião de dar continuidade à pesquisa etnológica iniciada em julho de 1983, testar a validade das críticas por nós levantadas naquela ocasião e verificar, decorrido um ano, as tendências do processo de rápida mudança que vem afetando os índios Zoró em decorrência do desenvolvimento regional e do tipo específico de atuação do representante da FUNAI na área.

O contato com os Zoró foi excelente, como da vez anterior. Entre o antropólogo Brunelli e este pesquisador estabeleceu-se um cordial relacionamento de colaboração.

Durante os entendimentos mantidos em Brasília entre a equipe de avaliação do programa Polonoeste e o diretor do Departamento Geral de Patrimônio Indígena, Engenheiro Áureo Faleiros, ficou acertada a constituição de um grupo de trabalho para, junto a este pesquisador, dar início aos estudos necessários para abertura do processo de identificação da área Zoró, passo inicial para a demarcação. Além do presente relatório, apresentamos à FUNAI um estudo antropológico



dos Zoró, a ser juntado ao levantamento fundiário realizado pelos técnicos designados pela Portaria 1677, de 31 de julho de 1984, da presidência da FUNAI. São eles os senhores Luiz Antonio de Araújo, engenheiro agrônomo da 5a. Delegacia Regional da FUNAI, Cuiabá; Paulo Afonso Nunes de Carvalho, técnico de agrimensura lotado na Divisão de Patrimônio Indígena; José Adnalmo Almeida, engenheiro agrônomo da Coordenadoria Regional do INCRA em Cuiabá; e Dauberson Monteiro da Silva, engenheiro cartógrafo do INTERMAT - Instituto de Terras de Mato Grosso.

Um fato marcante, ocorrido durante nossa estadia, deve ser registrado. O primeiro foi a rápida visita dos líderes Suruí Idiaraga e Anini à aldeia, trazidos pelo delegado regional da FUNAI, sertanista José Apoena Soares de Meirelles. Sendo as duas tribos inimigas tradicionais, com baixas em ambas as partes até recentemente, tal encontro assinala o início de um novo tipo de relacionamento entre os dois grupos vizinhos. O encontro foi amistoso; mas algum tempo será necessário para que se altere a imagem negativa que os Zoró tem dos Suruí, e vice-versa. A amizade entre os dois grupos é de grande importância para a defesa comum do território, justamente numa área onde começam a ocorrer invasões. Deve-se considerar, porém, que os Suruí estão mais integrados à economia regional e em contato permanente com cidades como Riozinho e Cacoal; os Zoró ainda estão isolados, não havendo estradas para os núcleos urbanos mais próximos, Nova Colina e Ji-Paraná. O avião ainda é o único meio de transporte, e só os índios gravemente enfermos, ou os levados pelo chefe da Frente para comprar espingardas, é que tem a chance de conhecer Ji-Paraná ou Porto Velho. É provável que os padrões de comportamento desenvolvidos pelos Suruí em decorrência do contato sirvam de modelo para os Zoró, que se encontram num estágio anterior do mesmo processo e já demonstram o desejo de avançarem nessa direção. Os Suruí exploram



e comercializam a castanha e a borracha; as seringueiras da zona interdita Zoró são virgens e as castanhas são consumidas como alimento. A eventual exploração econômica desses recursos pelos Zoró deve ser ponderada com cuidado pela FUNAI, pelas conseqüências que acarretará à economia tribal já bastante alterada. É de fundamental importância que não se estimule o surgimento de novas necessidades de consumo, para cuja satisfação passariam a ser adotados indiscriminadamente quaisquer tipos de atividade econômica geradores de recursos.

Este relatório é uma continuação do anterior, de agosto de 1983. Dados essenciais sobre os Zoró, apresentados na quele, não serão repetidos aqui.

2. SITUAÇÃO ATUAL DA ZONA INTERDITADA.

A atual reserva de terra dos Zoró, cujos limites acabaram por reconhecer a aceitar, vem definida pelo decreto 81.587, de 19 de abril de 1978. Sabe-se, porém, que na verdade o território Zoró era muito mais extenso. Em fevereiro de 1978, dois meses antes do referido decreto de interdição, o sertanista Apoena Meirelles apresentou à FUNAI uma proposta segundo a qual reconhecia-se como pertencente aos Zoró um território mais extenso ao Norte que o atual, atingindo a confluência dos rios Branco e Roosevelt. Se tivesse sido aprovada essa proposta, a zona interdita seria o dobro do que é hoje. A proposta se baseou na existência de cerca de 15 aldeias distribuídas por toda essa área, observadas durante sobrevôos da região, e tomou como limites o cinturão de latifúndios em torno do perímetro sugerido. Esse dados constam do processo 11.265, fls. 9 a 11 e planta anexa. Desconhecemos as razões pelas quais o decreto 81.587 veio a cortar essa zona pela metade, que é o que passou a valer. Há



decretos anteriores, que já protegiam a atual área interdita: são os de números 73.562, de 24 de janeiro de 1974, 77.033, de 15 de janeiro de 1976 e 76.999, de 8 de janeiro de 1976.

Em companhia dos membros do grupo de trabalho, realizamos no dia 10 de agosto de 1984 um sobrevôo de inspeção do perímetro da zona interdita, que perfaz cerca de 260 km (uma hora e meia de vôo). Partimos da aldeia em direção ao rio Branco (Oeste), no ponto onde se localiza a fazenda Castanhal, e daí prosseguimos no sentido horário. Não há sinais visíveis de invasão (derrubadas ou habitações) ao longo de todo o rio Branco e da linha seca que o liga ao rio Roosevelt, a Leste. O primeiro problema surge na confluência deste com o Quatorze de Abril. Nesse ponto, está sendo construída uma ponte, podendo-se avistar o acampamento de engenharia, uma balsa e uma pista de pouso. Nessa altura penetra na zona interdita uma estrada que liga a fazenda Muiquitã e a Companhia Vale do Rio Roosevelt a Espigão d'Oeste e daí, por asfalto, à rodovia Cuiabá - Porto Velho (BR-364), na altura de Pimenta Bueno. Essa estrada corta toda a região sudeste da zona, saindo pelo Sul. Nessa região observa-se, ao longo da estrada, glebas desmatadas e dezenas de habitações. Os técnicos do grupo de trabalho, ao deixar a aldeia Zoró no dia 12 de agosto, deslocaram-se até Pimenta Bueno a fim de percorrerem essa estrada e pesquisarem quem são os elementos que aí estão se fixando, e a que título.

Em sua passagem pela aldeia, no dia 31 de julho, o delegado regional determinou ao chefe da Frente que fosse com um grupo de índios fechar a mencionada estrada. mas nenhuma providência foi tomada até a data de nossa partida.

Em meados dos anos 70, os proprietários da fazenda Muiquitã e da Agro-pecuária Vale do Rio Roosevelt, localizadas à margem direita deste e em terras evidentemente indígenas que nunca chegaram a receber proteção legal (e acaba-



ram liberadas para ocupação, empresarial deram início à abertura de um picadão ligando Espigão d'Oeste às empresas em questão para a passagem de gado. Vê-se assim um dos efeitos mais desastrosos da rodovia BR-364 sobre a comunidade Zoró. O que do ponto de vista do desenvolvimento regional é desejável e lucrativo para alguns constitui-se em fator de desagregação dos grupos tribais, pois a estrada é uma porta aberta para a penetração de posseiros.

Historiando rapidamente os fatos, temos o seguinte. Por exigência da SUDAM, os proprietários interessados solicitaram à presidência da FUNAI uma autorização para abrir o picadão. Em carta datada de 4 de fevereiro de 1977 o presidente autorizou, alegando tratar-se de zona interdita (Cinta-Larga), que passaria a ser liberada. Essa autorização dá margem às seguintes dúvidas: (a) essa região, nos anos seguintes, passou de fato a ser interdita, e não liberada; (b) já desde pelo menos 1975 a FUNAI tinha em seu poder relatórios que atestavam a presença dos índios Zoró na região. Por exemplo, na Informação nº 385/75, referente ao Processo FUNAI/BSB/3052/75 a geógrafa Eni Pereira Zica dá notícia da existência do grupo arredio Zoró na área do Parque do Aripuanã. Por que tanta presteza em negar a presença de indígenas em território secularmente seu e assegurar a desinterdição de áreas reservadas? Depreende-se desses fatos um inequívoco favorecimento por parte do presidente da FUNAI a interesses particulares, em flagrante prejuízo dos índios Zoró e Cinta-Larga do P.I. Roosevelt.

Passados alguns anos, em 1981, os proprietários constituem um condomínio para arcar com as despesas e o trabalho de substituir o picadão por uma estrada.

Somos de parecer que essas autorizações são nulas de pleno direito e que a estrada deve ser fechada por invadir terras indígenas legalmente interditas. As fazendas poderão atingir a BR-364 contornando a zona pelo Norte, servindo

se da estrada já aberta pela fazenda Castanhal até Ji-Paraná uma vez alterado o trajeto desta na região que atravessa o P.I. Lourdes. É mais longo, mas é a única solução correta, que não fere os direitos das comunidades indígenas.

Atualmente, essa estrada é patrulhada como se atravessasse terra própria, cobra pedágio dos usuários, é percorrida por uma linha de ônibus e já permitiu a penetração de possivelmente 200 invasores, que vão derrubando a mata e se estabelecendo na região sul da reserva.

Ora, essa terra, como toda a zona interdita e mesmo as glebas hoje ocupadas por fazendas, pertencem os Zoró desde tempos imemoriais. Os índios Suruí Itabira, Idiaraga e Anini, líderes na tribo e fluentes em português, informaram, em agosto do corrente, que seus antepassados sempre disseram que os Zoró, temíveis guerreiros, habitavam a região toda dos rios Brancos e Roosevelt, de uma margem e outra, até se defrontarem com o território Cinta-Larga a Leste e Suruí a Sul. A definição desses territórios é um processo secular, decorrente de guerras, pressões espaciais, deslocamentos e migrações até chegarem os atuais grupos a ocupar as zonas em que se encontram, hoje evidentemente muito diminuídas por demarcações que obedecem ao interesse privado usurpador de terra indígena.

Qualquer adulto Zoró poderá informar onde se localizam as velhas aldeias em que residiam antes do contato. Sobrevoando a área em 1977, o sertanista Apoena Meirelles afirmou ter visto cerca de 15 delas (processo 11.265/78, fl.9). Cada aldeia possivelmente abrigava de 30 a 40 pessoas (portanto, teriam eles sido mais de 500 até 1978; hoje são 170). As aldeias distavam horas, às vezes dias a pé uma das outras. Os índios, caçadores e coletores, viviam em permanente perambulação, visitando-se e vigiando seu território. Na região atualmente invadida havia pelo menos três aldeias: a de Potsanwip, a de Zaap-a e a de Matchianza, distantes respectivamente cinco, quatro e três dias de marcha da atual



aldeia. Havia aldeias onde hoje estão a fazenda Castanhal e a fazenda Muiraquitã. Essas são provas suficientes da ocupação territorial pelos indígenas. O que melhor pode comprovar a posse da terra do que a fixação da moradia?

No já citado processo 11.265, Apoena Meirelles dá notícia da existência de um "acampamento instalado na margem direita do rio Branco, abaixo uns 6 km do ig. Canaã, ponto básico dos nossos contatos com os índios Zorós" e de um "acampamento em fase de instalação na margem esquerda do rio 14 de Abril, próximo da confluência com o rio Roosevelt". É exatamente aí que a estrada penetra nas terras dos Zoró e essa é a região que o presidente da FUNAI afirmou ser liberada e não habitada por indígenas.

Hoje os Zoró, homens e mulheres, sabem falar de grandes distâncias percorridas nas quatro direções e dos recursos encontráveis em cada uma. A pesca dá-se em toda a extensão do Branco e seu afluente Canaã, no Roosevelt, Tiroteio e 14 de Abril. Informam que o barro para a confecção de panelas, por exemplo, só pode ser encontrado em alguns pontos que conhecem nas proximidades desses rios.

Outra prova de que toda a zona interdita é conhecida pelos Zoró como a palma da mão é a existência de caminhos que levam a todas as direções, regiões conhecidas pela maior abundância de caça a muitos dias de caminhada a partir da atual aldeia; pontos específicos para extração de castanha, frutos silvestres e dos dois tipos de caniço que utilizam na confecção de suas flechas. Finalmente, quando falam sobre "lugares", os Zoró nomeiam pontos de referência (antigas habitações, cemitérios, acidentes naturais) que comprovam ser toda essa mata conhecida em detalhe como coisa própria.

Além do problema da estrada, há outro que devemos considerar. Durante os anos 60., o governo de Mato Grosso concedeu títulos de terras a particulares na zona atualmente



interditada. Segundo o cadastramento do INTERMAT - Instituto de Terras de Mato Grosso - há cerca de 40 títulos registrados em cartório em Cuiabá, referentes a glebas de aproximadamente 10.000 hectares. A exata situação jurídica desses títulos será levantada pelos membros do grupo de trabalho vinculados ao INTERMAT e à 5a. Delegacia Regional da FUNAI. Ao lado dessa divisão em glebas, há outra, proposta pela COBAN - Colonização Bandeirantes, atuando através do Projeto RADAM. Fica a ser esclarecido se há títulos conforme essa proposta ou se ela ficou apenas no papel.

O loteamento do INTERMAT, desenhado em 1980 exatamente sobre a zona interditada Zoró, revela até que ponto o governo de Mato Grosso sonega o direito indígena e se arvora na condição de vendedor de terras da União. É como se todas as cartas já estivessem dadas e os presuntivos proprietários aguardassem a retirada dos indígenas para procederem ao desmatamento e à tomada de posse das terras que "compraram". Há hoje documentos suficientes, que oportunamente estudaremos, que comprovam a firme disposição da Prefeitura de Aripuanã e do governo de Mato Grosso, através de sua Secretaria de Justiça, de lançar mão de todos os recursos políticos para "liberar" as terras indígenas no Parque do Aripuanã, desinterditar zonas, diminuir áreas, contestar laudos topográficos e dificultar os processos de demarcação, como se a presença indígena fosse um empecilho ao desenvolvimento do estado e do país.

A área localizada entre a zona interditada Zoró e a reserva Cinta-Larga (A.I. Aripuanã) foi igualmente loteada pelo INTERMAT, o que indica até que ponto o Parque do Aripuanã já está sendo esquadrinhado.

As áreas indígenas circunvizinhas estão todas sofrendo invasões de posseiros: cerca de 700 famílias ao Sul do P.I. Igarapé Lourdes, um número não estimado nos P.I. 7 de Setembro e Roosevelt. Há presença de garimpeiros na reserva Cin-



ta-Larga e projetos hidrelétricos no P.I. Lourdes e no P.I. Ouro Preto. Até o presente, julgava-se ser a área Zoró a me nos atingida, mas as últimas investigações acabaram por revelar que a situação aí é extremamente grave.

Sob o aspecto topográfico, a demarcação da área Zoró não apresentará maiores dificuldades: dois rios navegáveis a Leste e Oeste, permitindo patrulhamento por barco a motor. Ao Norte, sobre a linha seca, deverá ser aberto um picadão de cerca de 40 km e outro ao Sul, sobre a divisa entre Mato Grosso e Rondônia e separando as áreas Zoró e Suruí.

3. SITUAÇÃO ATUAL DA ALDEIA.

A aldeia se localiza num ponto distante cerca de 15 km do rio Branco e 40 km do rio Roosevelt, a Noroeste da zona interdita.

Devido à incessante derrubada de árvores para a abertura de roças, assunto ao qual voltaremos adiante, a área desmatada onde se localiza a aldeia tem cerca de 40 alqueires, espaço demasiado para o tamanho da população e em violento contraste com todo um estilo anterior de vida. Não há uma única árvore nesse imenso vazio, o que não reflete de forma alguma um cenário indígena: muito pelo contrário, a semelhança é com os pastos das fazendas circunvizinhas, indicando que a terra indígena, não sendo mais o que já foi, está sendo encarada pelo prisma da administração de uma fazenda, com seu tipo de produção, e o peão empregado são os modelos não-declarados com que vem o representante da FUNAI liderando com a comunidade.

O solo dessa área desmatada, e mesmo ao redor das casas e nos espaços onde se desenvolve a sociabilidade, torna-se demasiadamente ácido, destruindo-se por completo a camada fértil e afloramento à superfície o extrato arenoso. O Igarapé que passa pela aldeia fica diretamente exposto ao



sol, com altíssimo grau de evaporação. Consequência: menos água para beber e usar, menos peixe. Na época seca (maio-septembro) o nível de água é mínimo. O mato cada vez mais longe, cria-se uma aparência de lugar "civilizado". As crianças pequenas já vão sendo criadas nesse ambiente deflorestado, perdendo uma parcela da familiaridade com a floresta que a situação anterior de moradia lhes propiciava. Hoje tem-se que andar mais para colher tudo aquilo que do mato vem.

Em nossa visita de 1983 já havíamos notado uma tendência à "urbanização" da aldeia, o abandono das aldeias tradicionais, desmembrando-se o grupo original de 30 a 40 pessoas em famílias nucleares que passam a viver em casas quadrangulares dispostas ortogonalmente. As malocas vão perdendo gente, vão se esvaziando, e vão perdendo o valor, cedendo lugar à nova concepção de casa. Com isso, todo um padrão cooperativo de dividir o trabalho e o espaço começa a se alterar: cada mulher passa a acender o seu fogo em sua casa e fazer a sua comida, quando na aldeia essas atividades eram coletivas. O modo de habitar, portanto, reflete mudanças que estão ocorrendo a nível da organização social. Se antes prevalecia a idéia de integração, agora ganha força o modelo de pequenas unidades dispostas ao longo de uma linha, o arremedo de "avenida" que já se configura e que a FUNAI estimula. No espaço de um ano, entre agosto de 1983 e agosto de 1984, nota-se a seguinte alteração: em 1983 havia 4 malocas habitadas e duas vazias (cemitério); em 1984 há 4 malocas habitadas, sendo duas novas, e 4 vazias. Em 1983, os moradores das malocas somavam 77 pessoas, contra 98 morando em casas; em 1984, apenas 32 pessoas ainda se deixam ficar nas malocas (os homens mais idosos), contra 140 habitando as novas casas. As casas quadrangulares eram 22 em 1983, todas habitadas; em 1984 17 dessas são abandonadas e 27 novas são construídas, perfazendo um total de 32 casas habitadas. Assim em um ano, 10 novas unidades familiares se desvincularam dos



DISTRIBUIÇÃO DAS MORADIAS

1. Tipia-ô
2. Macarrão
3. Gongo e Zê Pimbinha (maloca)
4. Socô
5. Paulo Sérgio (rádio)
6. Paxiubinha (latrina fora)
7. Papai Manêl
8. José (elevada; cozinha separada, com chão de terra: porta madeira)
9. João
10. Xarope
11. Mazaropi
12. Cunha-o
13. Ariranha
14. Mamãe Cotia
15. Sagapoga (parte assoalhada com paxiúba; cama e "colchão")
16. Gatchôr e Jacaré (vitrola e discos)
17. Antonio
18. Chico
19. Jabã (rede nordestina com mosquiteiro, porta de madeira)
20. Comprido (porta de madeira)
21. Kira (em construção)
22. Jaboti
23. Kira (enquanto constroi nova)
24. Arara
25. Português, Capixaba e Mazaropi (maloca)
26. Mãe e irma de Ariranha
27. Carequinha (maloca)
28. Viúva do Cabeça Branca
29. Poraquê
30. Cobra (cama e "colchão").

o **si**pe

31. Baixinho (cama e "colchão")
32. Alicate
33. Paiô, Salsicha (maloca) (rádio)
34. Benamor
35. Zan (elevada, o fogo é aceso ao ar livre; primeira janela)

grupos mais amplos de parentesco e moradia.

Nesse mesmo espaço de tempo, notamos as seguintes inovações: (a) portas de madeira em várias casas; (b) aparecimento da primeira janela; (c) tiras de paxiúba à guisa de assoalho em algumas; (d) uma casa elevada, assoalhada, e conseqüentemente um cômodo anexo, com chão e terra, a cozinha: primeiro desmembramento de "cômodos". Pertence a um dos jovens que melhor falam o português; (e) uma latrina, do tipo "casinha"; (f) camas e "colchões" em várias casas; (g) menos animais vivendo nas casas (macacos, filhotes de porco do mato, aves, etc). É de se prever que essa tendência permaneça e se acentue. O grande plano da FUNAI no momento é de fato alinhar todas as casas e instalar em cada uma um bico de luz, controlável a horas fixas na casa do Posto. Estarão assim os Zoró, antes de 10 anos de contato, habitando como os índios aculturados das reservas indígenas de São Paulo, sem que jamais tenha a FUNAI tentado evitar tal descaracterização.

Quanto ao contato por rádio com a 8a. Delegacia Regional, este tem sido dificultado pela escassez de gasolina para o gerador. Há ocasiões em que o chefe da Frente manda alguns índios irem comprar alguns litros do combustível na fazenda Castanhal. Tendo em vista o isolamento da aldeia, é fundamental o funcionamento regular do rádio.

A solução mais inteligente, conforme bem lembrou o senhor Almir de Amorim von Held em sua passagem pela aldeia, seria a instalação de um gerador alimentado por placas solares.

4. SAÚDE E POPULAÇÃO.

Há no momento uma epidemia de malária. Segundo informa o atendente de enfermagem, as lâminas analisadas pela laboratorista que visitou a aldeia em julho do corrente indicam

que metade da população está contaminada. Duas crianças menores faleceram nesse mês, quando poderiam ter sido enviadas a Posto Velho. Foram enterradas, sem rituais, na maloca velha que passou a servir de cemitério. Durante nossa visita, dois meninos com malária foram enviados a Porto Velho, e ambos se recuperaram. A rotina na aldeia, em julho e agosto, era que a cada dois ou três dias tinha-se notícia de novas pessoas apresentando os sintomas da doença, sendo atendidas com os poucos recursos da enfermaria.

Além da malária, há também no momento uma epidemia de gripe, que atinge todas as faixas etárias, não havendo um mínimo de medicamentos adequados para enfrentá-la.

Ocorreu em junho a morte por afogamento do índio Tinhambô, apelidado Cabeça Branca, quando virou o barco em que ele e outros cruzavam o rio Branco para alcançarem a fazenda Castanhal. Foi enterrado à beira do rio.

No dia 27 de julho desembarcaram na aldeia uma enfermeira encarregada de vacinar a população e uma dentista, mas no dia seguinte, inesperadamente, outro avião veio buscá-las sem que pudessem realizar seu trabalho. Mesmo assim, o chefe "interino", o atendente e os dois pesquisadores realizaram a vacinação tríplice a anti-sarampo nas crianças a anti-tétano em toda a população. Nessa ocasião, cadastramos todos os habitantes da aldeia. Nunca houve antes um cadastramento desse tipo, nem fichas de atendimento de saúde.

Por ocasião de nossa visita, havia seis mulheres grávidas. Não tivemos notícia de abortos ou falecimento de recém nascidos. Afora alguns casos de verminose, as crianças tem ótimo aspecto.

Os Zoró já contatados somam hoje cerca de 170 pessoas. É uma população jovem, pois os velhos não resistiram às doenças trazidas pelo contato. São os sobreviventes de uma nação que deveria contar mais de 500 indivíduos. Mais da metade da população (56%) situa-se abaixo dos 20 anos. Contro



lada a variável saúde, a tendência é de um constante crescimento dessa comunidade. O único problema que vem se acentuando é a ausência de moças núbéis na faixa dos 11 aos 15 anos: para 13 rapazes nessa faixa, há apenas uma moça. Será interessante observar se os Zoró poderão resolver autonomamente esse problema, e se a solução será a atração de moças de outros grupos étnicos para a aldeia ou a emigração dos rapazes.

Apresentamos em anexo o cadastramento da população, constando o nome dos pais para as crianças e o dos cônjuges para os adultos, a fim de que a identificação seja mais completa.

5. TRABALHO E PRODUÇÃO.

Conforme já apontado em nosso 1º Relatório, de 1983, a economia tribal dos Zoró já foi praticamente liquidada pelo regime de oito horas de trabalho diário nas enormes roças do Posto e pela criação de excedentes não consumíveis e não comercializáveis.

Os índios se habituaram a esse regime de trabalho e executam o que lhes for mandado. No ano passado, assistimos à derrubada de capoeiras numa extensão de possivelmente 20 alqueires. Foi plantado milho. Neste ano, o chefe mandou queimar todo um paiol de milho velho e encontramos uma das malocas abandonadas cheia de milho apodrecido. Essa área toda, no momento, está incultivada, cabendo naturalmente perguntar-se a razão de tanto trabalho no ano passado. No entanto, procedeu-se à derrubada de cerca de 10 alqueires (essas mensurações são totalmente impressionistas) da mata, caindo ao chão diariamente centenas de árvores, castanheiras imensas, seringueiras virgens e todo o tipo de madeiras de lei. Tudo isso para que, se já há tanta terra desmatada, com o solo



fraco exposto ao sol? Para o plantio de mais milho, e de uma roça de melancia!

Além dessa insensatez, deve-se ponderar que esse tipo de tarefa imposta aos índios - desmatamento - constitui uma deseducação, pois estes, mantido o seu estilo de vida, nunca desmataram mais do que o necessário: uma pequena clareira para a maloca e pequenas roças dispersas. Ou seja, passa-se a ensinar-lhes o que temos de pior - a destrutividade do civilizado, seu ódio às árvores e à natureza e sua postura secularmente predatória. O índio acata, porque não pode e não sabe avaliar o significado de seu ato. Talvez até suponha que ao eliminar o mato esteja se civilizando, ou se tornando melhor.

O feijão plantado em 1983 não germinou. Há dois paióis contendo milho e arroz, mas após habitar três semanas numa casa indígena foi possível observar que apenas uma vez foi preparado arroz, mas do beneficiado, levado como presente. O arroz da roça é consumido nas refeições do Posto - dos funcionários ou o almoço dos "peões".

Tais observações nos levam a questionar frontalmente a ideologia desenvolvimentista dos "projetos agrícolas". A pior coisa que se pode fazer aos índios é criar novas necessidades, pois todas elas desembocam inapelavelmente na economia de mercado, no uso do dinheiro e no consumo de mercadorias. A melhor política seria a da mínima interferência e valorização explícita e constantemente referendada de tudo aquilo que os índios são e tem, de seus métodos, hábitos e preferências. Mas tudo está a tal ponto invertido que o chefe da Frente chega a dizer que sua missão estará cumprida quando tiver ensinado os Zoró a serem auto-suficientes - eles que o tem sido há séculos e que só deixam de sê-lo pela desagregação trazida por interferências descabidas.

O árduo trabalho de cinco dias semanais, como já ocorria em 1983, é recompensado com brindes: pouca munição para

Sipe

caçar no sábado, pilhas, sabão, sal ou açúcar quando há. Use-se a racionalização que for, esses são os fatos. O índio trabalha no que é seu e recebe esse tipo de paga. O que na verdade se passa é que os Zorô estão sendo treinados, com absoluto êxito, para poderem vender sua força de trabalho nas fazendas circunvizinhas quando acabarem de perder suas terras. Esse é o drama e a essência do processo. Concomitantemente, o desejo por mercadorias - armas, roupas, panelas, redes, rádios, calçados, etc - é cada vez maior.

O artesanato, se até há pouco se constituia num bem de uso, é hoje visivelmente um bem de troca, feito de encomenda pelo encarregado para ser vendido. Um arco e três flechas por uma calça. Em 1983 demonstramos grande interesse pelo andárap, cocar de penas que já deixou de ser usado por força da conversão ao protestantismo. Este ano vários deles (que o funcionário chama de "capacete"!) foram confeccionados para fins de troca. Aí a cultura começa a virar folclore.

Durante as três semanas de nossa permanência não vimos nenhuma panela de barro ser confeccionada, e apenas uma rede de algodão. O artesanato feminino, comparado ao masculino - cestos, peneiras, esteiras - mantém em maior grau o valor de uso apenas, embora outros itens, como pulseiras e colares, também entrem no rol dos objetos trocáveis na cidade e conversíveis em mercadorias.

No momento em que deixávamos a aldeia, estava concluída a derrubada de mata prevista para este ano para plantio de roça. Sem perda de tempo, o encarregado da Frente resolveu retomar um projeto iniciado em 1982, a abertura de uma estrada com 8 metros de largura ligando a aldeia à fazenda Castanhal, às margens do rio Branco. O percurso terá de 15 a 20 km, acompanhando uma picada já existente. Saindo da aldeia, cerca de 2 km já foram abertos em toda a largura em 1982, mas o mato cresceu e retomou a faixa aberta. Não pode

mos afirmar se tal empreendimento foi de fato iniciado após nossa partida, mas esse é o plano: deslocar toda a força de trabalho masculina (mais de 50 elementos) até a beira do rio e iniciar a derrubada das árvores de lá em direção à aldeia, o que consumirá meses de trabalho. Nesse período, as mulheres e crianças ficarão sozinhas na aldeia, alterando-se as sim todo um padrão de sociabilidade e alimentação.

O mais grave porém é que essa estrada, que deverá servir para a circulação de viaturas e o transporte do excedente agrícola, acabará de vez com o relativo isolamento dos Zoró, permitindo tanto sua evasão da área e contato indiscriminado com as cidades vizinhas, como a entrada de estranhos, de posseiros a aventureiros de todo o tipo. Do ponto de vista econômico, torna-se assim viável a comercialização do excedente, o que consolidará as tendências desagregadoras aqui apontadas e institucionalizará de vez o atual regime de trabalho e produção.

O notável é que decisão dessa importância seja tomada autonomamente pelo encarregado da Frente, sem consulta a ou tros níveis da administração, quando é assunto que demandaria o parecer de especialistas.

É compreensível que elementos civilizados se ressentam do isolamento - mas isso é contingência do ofício. O que não se pode admitir é que suas necessidades passem a ser a dos índios, o que infelizmente já vem ocorrendo. No atual grau de auto-negação em que vivem os Zoró, a probabilidade é que até eles julguem oportuna a abertura da estrada, sem poder avaliar as conseqüências dessa inovação.

6. RELIGIÃO, CULTURA E O REPÚDIO DAS RAIZES.

Historiamos, no relatório anterior, os fatos que levavam os Zoró a fugirem para o P.I. Lourdes em 1980, onde fo-



ram convertidos com espantosa eficiência ao protestantismo pelos missionários da organização New Tribes of Brazil, ligada ao Summer Institute of Linguistics. Continuam os Zoró mais fervorosos do que nunca, realizando até quatro cultos semanais, numa atitude que sugere uma super-compensação para a insegurança gerada pelo repúdio de suas raízes. Numa das preleções, brevemente traduzidas para mim, um homem dizia mais ou menos o seguinte: que "antes" eles viviam em pecado (mato, nudez, poligamia, festas, pajelança, etc), não sabiam de nada, mas hoje sabem qual o verdadeiro caminho ("civilizar-se", negar o passado, trabalhar como trabalham, etc) e tem Cristo no coração (sua cordialidade). A experiência Zoró confirma a clássica tese de Max Weber de que a ética protestante e o espírito do capitalismo andam juntos.

Falar do passado já é quase tabu, é um assunto que deixa os índios incomodados, porque isso é a vergonha, é o estãgio que se orgulham de ter abandonado. Sua vida rotinizou-se. Não há mais lugar - a não ser no mais recôndito da alma - para o sobrenatural e o mítico. A música e a dança desapareceram, como se essa área da sensibilidade tivesse sido amputada.

A descoberta, nos anos 70, de que no mundo havia outros seres que não eles próprios e seus conhecidos Cinta Larga, Arara, Gavião e Suruí, através do encontro com peões da fazenda Castanhal que nessa época começavam a penetrar em suas terras e das primeiras mortes por tiros, sarampo, gripe e tuberculose, deve ter sido um trauma, um choque seco. Já a conversão, alguns anos depois, tem mais o caráter de uma lavagem cerebral. Os símbolos do passado são destruídos: as velhas malocas são queimadas, as metigas labiais cortadas, deixa-se de tatuar o rosto dos jovens com o Zoli, risco facial único dos Zoró que os diferenciava de qualquer outro povo. Será que para os Zoró 1977-8 marca o início de sua nova identidade à custa da negação do que sempre foram?



Em 1983, procurei em vão indícios da existência de conhecimentos relativos a ervas medicinais e recursos terapêuticos. Este ano, conversando de início com o pajé Paiô - que no ano passado me foi apresentado apenas como cacique - foi possível descobrir que os adultos conhecem uma grande variedade de plantas, embora já não se sirvam mais delas por pertencerem ao "passado" renegado. Observei apenas um caso, no interior da maloca do pajé, em que um jovem sofrendo de malária ingeriu uma infusão de folhas e cascas ao lado dos remédios alopáticos. Se esse uso ocorre com alguma frequência, é de forma extremamente velada, pois nem mesmo o atendente de enfermagem, que visita as casas, relata casos dessa natureza.

Uma vez aberto o tema entre o pajé e o pesquisador, foi possível, sem maiores dificuldades, colher e identificar mais de 60 plantas. O antropólogo Brunelli também teve oportunidade de observar o fenômeno. Esta primeira listagem de ervas é resultado de nosso trabalho conjunto. Nela se incluem remédios de vários tipos, fortificantes, venenos para pesca ou caça, até ervas de efeito mágico ou propiciatório, que auxiliam o caçador a dominar sua presa e expandem seus poderes.

Esse é um indício de que sob a aparência de feliz adaptação religiosa e funcional ao mundo civilizado há uma camada soterrada onde jazem reprimidos os valores, as práticas e o conhecimento que hoje já não tem mais lugar na nova proposta de mundo que lhes é feita. A geração jovem já não se interessa mais por essas coisas. Para a opinião desenvolvimentista, o abandono desses elementos culturais não chega a ser caracterizado como perda, uma vez que os mesmos não desempenhariam papel algum num modelo de organização nacional que não reserva aos índios uma posição que respeite seu modo de ser. Entretanto, cresce no país, e no resto do mundo, a consciência de que precisamente esses elementos em vias de extinção - a religião autóctone, os vários componentes da vida tribal, o conhecimento da natureza, e a "cabeça" indígena - são bens sem preço que

RELAÇÃO DE ALGUMAS ERVAS MEDICINAIS CONHECIDAS PELOS ZORÓ

<u>NOME</u>	<u>USO</u>	<u>ADMINISTRAÇÃO</u>
1. Panên piâwa tiguiwap atiga	dor de ouvido	folha no ouvido
2. Pabirêtiga wewar	dor nas costas	folha no local
3. Pekuã	anti-vômito	ingestão da folha
4. Kondêre-popiwip	cura feridas	folha no local
5. Pangueiêwar gatet	provoca sono/sonho	banho e folha nos olhos
6. Borakirka	fortificante infantil	banho com folhas
7. Kulipôa	dor de dente	mascar a raiz
8. Wiaân indaga	atrai nhambu	raspar a raiz e aplicar atrás da coxa
9. Gotagala-uã	cura ferida na bochecha	aplicar da raiz
10. Mataicap kotchiroloar	atrai macaco-prego	aplicação da raiz
11. Bolikân tapô	faz engordar	raiz (?)
12. Zâin tadã	fixa dente mole	mascar folha
13. Zolôn	atrai tatu	ingerir raiz
14. Inhêm-koã	fortalece dentes(?)	(?)
15. Mam peguêt tsewâp	anti-diarreia	(?)
16. Wandatchir-wât	menstruação	raiz (?)
17. Bitagap tsewâp	dor de barriga	raiz (?)
18. Golopân tiã	dor de barriga devido a ferida na boca	raiz (?)
19. Bebekôt pôra	atrai caititu	o cachorro como a raiz
20. Akakai pagã	para recém-nascidos	(?)
21. Mangalitsep	dor nas pernas	esfregar folha
22. Zewapcâp pagã	caimbra ou exaustão muscular na perna	(?)
23. Katsâr anguã	falta de ar	raiz (?)
24. Kireana mokâni	dor na nuca	(?)
25. Badê tapô	remédio de criança(?)	(?)
26. Batsép kopenmên	calmante infantil	por folha ou raiz na boca



27. Babêtsôn	propicia caça abundante	ingestão de folha e raiz
28. Tipokuwêi tsép	para pé quebrado	(?)
29. Mambêguépkit	sangue nas fezes	(?)
30. Ipagapép	(não especificado)	(?)
31. Wakoi wakawa	dor lombar	(?)
32. Pamakânhan	ferida de flechada	aplicação da folha
33. Alian goân	fortificante infantil	(?)
34. Wakin Koinbit	cura feridas (?)	aplicação da folha
35. 'Mborá tseregã	aguça a visão para caçar	aplicação da folha nos olhos
36. Baikoitira	antídoto para veneno de cobra	ingestão da folha
37. Dapopép tchipô	cura feridas (?)	cipô; esfregar no local
38. Itchotsép	provoca vômito	ingestão da folha
39. Mambê tawa	alivia coceira	aplicação da folha
40. Dagap tapoã	veneno para pesca	cipô; esmagar e lançar no rio
41. Batsewâmi kot-kot	anti-diarreia	ingestão da folha
42. Garawandotsét	provoca crescimento de crianças	aplicação da folha nas pernas
43. Bebê atsét	cura feridas (?)	aplicação da folha
44. Djapérep	provoca vômito	ingestão da folha
45. Tsamaritsân	anti-gripe	ingestão da folha
46. Boratânian	anti-gripe	mastigar o talo
47. Tolira	revigorante de pernas	aplicação da folha
48. Bopit kakoa	atrai caititu	o cachorro toma (?)
49. Aborô	contra dor de cabeça	esfregar a folha umede- cida
50. Boratadê	perfuma os cabelos (anti-parasitas)	lavar a cabeça com folhas e raspa do talo
51. Borakâptsép	contra Borai (?)	ingestão da folha
52. Zâin	aguça a visão	pjngar suco do talo no olho
53. Babiga	contra dor de barriga	ingestão da folha
54. Batsép kopenân	hemorragia, menstruação	(?)



55. Batsép pewã	fortificante infantil	passar as folhas em todo o corpo
56. Banangãntsép	atrai caititu	o cachorro toma (?)
57. Boliwãtsép	atrai anta	o cachorro toma (?)
58. Manhakâp pewuwêi pagã	anti-diarréia	(?)
59. Botinzép	tintura vermelha para a pele	aplicação da flor
60. Panzorkâp	veneno para a ponta das flechas	maceração da folha
61. Tatiriman	veneno para a ponta das flechas	maceração da raiz
62. Zauã biâpkâp	contra dor de barriga	infusão dos frutos
63. Daiâpkâp	veneno para pesca	fruto; esmagar e lançar no rio



RELAÇÃO DOS HABITANTES DA FRENTE DE ATRACÃO ZORÓ
TOMADA EM 29 DE JULHO DE 1984

I. Crianças até 5 anos

<u>Nº</u>	<u>NOME</u>	<u>SEXO</u>	<u>IDADE</u>	<u>PAI</u>	<u>MÃE</u>
1.	Helena	F	3 meses	Nho-nô	Ikapâm-wa
2.	Ana Maria	F	3	Nho-nô	Ikapâm-wa
3.	Marcílio	M	8 meses	Pabiti	Kapekâp
4.	Apoena	M	5 meses	Zaap-ã	Tipirikawa
5.	Tchicutchin (Margarida)	F	3	Zaap-ã	Tipirikawa
6.	Roberto	M	1	Koipirikira	Makarüre
7.	Papatchiribu	M	3	Koipirikira	Makarüre
8.	Roberto	M	1	Matchianzân	Dibé
9.	Sapeitchûn	M	3	Matchianzân	Dibé
10.	Tonhin (Antonia)	F	1	Paniandjur	Tipatchin
11.	Amborêr	F	4	Paniandjur	Tipatchin
12.	Rita	F	4 meses	Gatchôr	Irkôm
13.	Marilia	F	2	Gatchôr	Irkôm
14.	Mercedes	F	3	Penambô-Itapir	Djitabi
15.	Antonia	F	2	Kira	Kañeli
16.	Andjüre (Branquinha)	F	1,6	Tchiwitsêk	Tarantchür
17.	Tchibê-Ziliwã	F	3	Tchinambê	Biaikôt
18.	Mandapô	M	3	Toatchür	Kompotchûra
19.	Kapuan	F	3	Iti	Tchinampopit
20.	Zambi-puia	M	3	Ndzeregab	Tsambikir
21.	Talandjur	F	3	Sagapoga	Mambê-ira
22.	Pandinhén	F	2	Sagapoga	Mambê-ira
23.	Iwandjür	M	2	Zawewô	Tchiwitkôm
24.	Zarkopép	M	5	Zawewô	Tchiwitkôm
25.	Fernando	M	1	Djap-kip	Tapô-andjür
26.	Aman-tchitsétpira	F	3	Panderewê	Doaweri
27.	Tapatchi	M	3	Tibi	Peakit

Siipe

28.	Ipé	M	5	Tibi	Peakit
29.	Natal	M	2	Iptin	Baiân-gliup
30.	Tchitsaborkawatô	M	3	Apêti	Tchiboanzûp
31.	Petcharab	F	4 meses	Apêti	Tchiboanzûp
32.	Kauakûp	F	1,6	Pekawô	Tiperepîb
33.	Tunan	M	3,6	Pekawô	Tiperepîb
34.	Ité	M	5	Tinhambô(falec.)	Kaniwô
35.	Dzambi-ira	F	4	Catariano (Gavião)	Kantiga
36.	Tiandô	F	4	Tipia-ô	Tchinawanziwa
37.	Tsabirikûp	F	5	Iptin	Baiân-Gliup
38.	Biabá	M	4	Porena	Anzá-ûp
39.	Tcháguip	M	5	Matchianzân	Kangûm
40.	Itá	F	2	(Gavião)	Baibîr
41.	Tchipanzâp	M	3	Toatchur	Kompotchura
42.	Zarkopé	M	5	Kira	Kañeli
43.	Tchinampô-kuikûp	M	5	Ndzeregab	Tsambikir
44.	Andatchina	M	5	Iti	Tchinampopît
45.	sem nome	F	5/8/84	Tchinambé	'Mbiaikôra



3/3

dizem respeito não apenas ao Noroeste do país, ou ao país in-
teiro, mas à humanidade. Essas práticas, e o território no
qual vivem os seres que até bem pouco expressavam através de
elas um modo de ser e de estar no mundo, estão ameaçados. Ho-
je os próprios índios começam a renegar o que faz deles o que
são, certamente por instinto de sobrevivência. Começam a per-
ceber que no grande mundo brasileiro índio não cabe.



II. População acima dos 5 anos

<u>Nº</u>		<u>SEXO</u>	<u>IDADE</u>	<u>PAIS OU CÔNJUGE</u>
1.	Tchiwitsék (José)	M	25	(Esposa) Tarantchür
2.	Tarantchür	F	20	(Esposo) Tchiwitsék
3.	Tchorür (João Grande)	M	40	(Esposa) Papibît
4.	Papibît	F	40	(Esposo) Tchorür
5.	Zarûb	M	10	(Pai) Tchorür (Mãe) Papibît
6.	Mandip	M	12	(Pai) morto (Mãe) Watserip
7.	Bendorau	M	12	(Pai) Panianjur (Mãe) morta
8.	'Ngá-irá	M	10	(Pai) Apêti (Mãe) Tchibangip
9.	Pogop-Tchirig	M	12	(Pai) Zawewô (Mãe) Pangaria
10.	Cunhaô	M	13	(Pai) Zap-ti (Mãe) Tchiwit-kin
11.	Djambi	M	10	(Pai) morto (Mãe) Panzerewã
12.	Bewiwa	M	09	(Pai) Kuikirikip (Mãe) Makarip
13.	Adô-abã	M	12	(Pai) Pekawô (Mãe) Mandin
14.	Gotaô	M	07	(Pai) morto (Mãe) Akapan-wa
15.	Dja-îp	M	06	(Pai) Matchianzân (Mãe) Kangîn
16.	Auôp	M	06	(Pai) Zaap-ã (Mãe) Topirakiwa
17.	Pakaô	M	08	(Pai) Zaap-ã (Mãe) Topirakiwa
18.	Pogo-abã	M	15	(Pai) morto (Mãe) "Mamãe Cotia"
19.	Paipiano	M	06	(Pai) Kanzap (Mãe) Tchigip
20.	Tchinê-Putsara (Casquete)	M	14	(Pai) Matchianzân (Mãe) Dibé
21.	Ipé	M	06	(Pai) Tibi (Mãe) Pepkira
22.	Matchianzân (Cobra)	M	42	(Esposa) Dibé
23.	Dibé	F	30	(Esposo) Matchianzân
24.	Tandarôp (Gongo)	M	70	(Esposa) Kanhâm e Dzabetim
25.	Kanhâm	F	35	(Esposo) Tandarôp
26.	Dzabetim	F	65	(Esposo) Tandarôp
27.	Tibiti (Carequinha)	M	65	(Esposa) Tsepui
28.	Tsepui	F	55	(Esposo) Tibiti
29.	Dederûp	F	30	(Pai) Tibiti (solteira, retardada)
30.	Pabiti (Salsicha)	M	20	(Pai) Paiô (Esposa) Kapekâp

Diário

31.	Kapekâp (Rosa)	F	17	(Pai) Tapeabîr (Esposo) Pabiti
32.	Betabi (Gasolina)	M	22	(Pai) Pabi-abar (Esposa) Aptir
33.	Aptir	F	18	(Pai) Tandarôp (Esposo) Betabi
34.	Paniandjûr (Paxiubinha)	M	30	(Esposa) Tchipatchin
35.	Tchipatchin	F	25	(Pai) Kanzap (Esposo) Paninadjûr
36.	Papaiô	M	62	(2a.Esposa) Mandjulûp
37.	Mandjulûp	F	60	(Esposa) Papaiô
38.	Dabit (Benamor)	M	32	(Esposa) Manakîp
39.	Manakîp	F	28	(Pai) Paiô (Esposa) Dabit
40.	Wiganzîp	F	08	(Pai) Dabit (Mãe) Manakîp
41.	Kanzawa (Português)	M	50	(Esposa) Tchigîp
42.	Tchigîp	F	45	(Esposo) Kanzawa
43.	Adopoia (Maloqueiro)	M	17	(Pai) Kanzawa (solteiro)
44.	Zap-ti (jacaré)	M	45	(Esposa) Tchiwit-Kanhâm
45.	Tchiwit-Kanhâm	F	42	(Esposo) Zap-ti
46.	Toatchûr (Papai Manêl)	M	35	(Esposa) Kompotchûra
47.	Kompotchûra	F	30	(2a.Esposa) Boteri
48.	Pogoãua (Tatu)	M	55	(2a.Esposa) Boteri
49.	Boteri	F	18	(Esposo) Pogoãua (Cinta-Larga)
50.	Gatchôr	M	25	(Pai) Zap-ti (Esposa) Irkôm
51.	Irkôm	F	20	(Pai) Tibi (Esposo) Gatchôr
52.	Apurâp (Mazaropi)	M	15	(Pai) Potsan-wip (Mãe) Golia-ûp (solteiro)
53.	Pabiabîr (Pelê)	M	15	(Pai) Matchianzâp (solteiro)
54.	Bekoro (Macarrão)	M	18	(Pai) Tchorûr (Esposa) I-on
55.	I-on	F	15	(Esposo) Bekoro
56.	Auap	F	20	(Pai) Paiô (solteira?)
57.	Djaporega	F	45	(ex-mulher) de Tochorûr (sem marido)
58.	Potsan-zap (Cebola)	M	17	(Pai) Zawewô (solteiro)
59.	'Mbatserêk	M	15	(Pai) Cunhaô (solteiro)
60.	Kuikirikip (Chico)	M	30	(Esposa) Makartûre
61.	Makartûre	F	25	(Pai) Paiô (Esposo) Kuikirikip
62.	Kira	M	25	(Pai) Paiô (Esposa) Kiananzîp
63.	Kiananzîp	F	25	(Pai) Matchianzâp (Esposo) Kira



64.	Zaap-ã (Ariranha)	M	35	(Esposa) Topirankip
65.	Topirankip	F	30	(Pai) Paiô (Esposa) Zaap-ã
66.	Apêti (Xarope)	M	25	(Pai) Patsan-wip (Esposa) Tchipanziwa
67.	Tchipanziwa	F	27	(Pai) Pabi-abar
68.	Potsan-wip (Mazaropi)	M	43	(Esposa) Golia-ûp
69.	Panderewê (Comprido)	M	25	(Pai) morto (Esposa) Doaweri
70.	Doaweri	F	22	(Pai) Pogoûp (Esposo) Panderewê gestante
71.	Golia-ûp	F	32	(Esposo) Potsan-wip
72.	Mapotsân	F	07	(Pai) Panderewê (Mãe) Doaweri
73.	Pekawô (Baixinho)	M	40	(Esposa) Mandim
74.	Mandim	F	35	(Esposo) Pekawô
75.	Zawewô (Antonio)	M	40	(Esposa) Tchiwit-kôm
76.	Tchiwit-kôm	F	34	(Esposo) Zawewô
77.	Ipagawâp	F	09	(Pai) Tandarôp (Mãe) Kanham
78.	Pabi-abar (U-wão) (Zê Pimbinha)	M	60	(Esposa) Tiganzip
79.	Tiganzip	F	30	(Esposo) Pabi-abar
80.	Atiga	F	60	(Viúva)
81.	Cunhaô (Cunhado)	M	45	(Esposa) Andjur
82.	Andjur	F	28	(Esposo) Cunhaô
83.	Kuikip	F	08	(Pai) Cunhaô (Mãe) Andjur
84.	Watseli	F	45	(viúva)
85.	Kaoã	F	45	(viúva)
86.	Kawiwã (Tiboia)	F	70	(desquitada)
87.	Ganemp	F	50	(viúva) mãe de Zaap-ã
88.	Kaniwô	F	30	(viúva recente de tinhabô)
89.	Pandeliwa	F	50	(viúva)
90.	Kantiga	F	20	Esposo Catarino, Gavião do Lourdes
91.	Baibira	F	20	(Pai) Matchianzâp (Esposo) Zan
92.	Zan	M	18	(Pai) Tibi (Esposa) Baibira
93.	Tibi (Jaboti, Zê Miguel)	M	42	(Pai) Paiô (Esposa) Peakit
94.	Peakit	F	38	(Esposo) Tibi (gestante)
95.	Porena (Socô)	M	40	(Esposa) Tchipatserewã



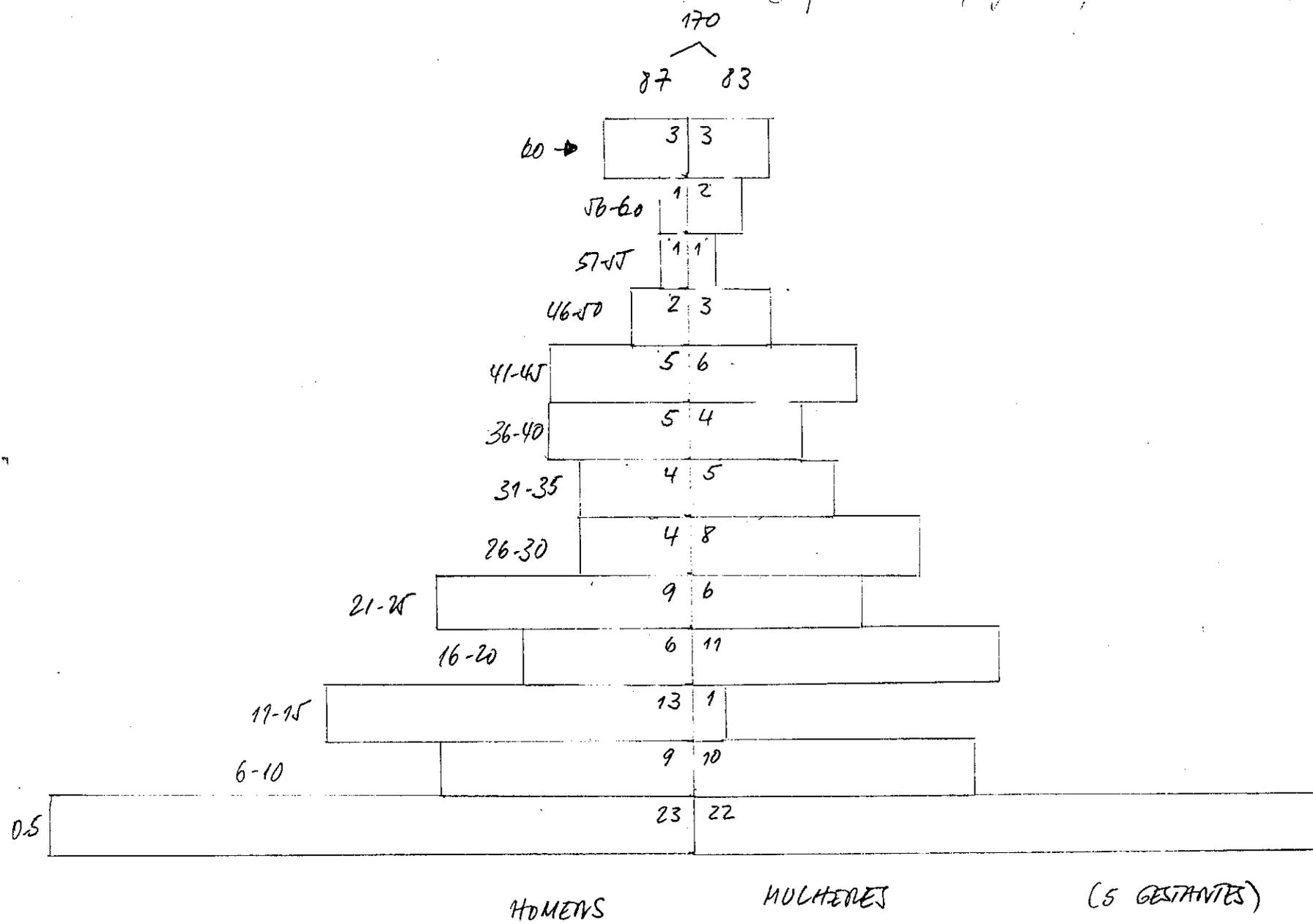
96.	Tchipatserewá	F	40	(Esposo) Porena
97.	Iptin (capixaba)	M	27	(Pai) Tandarôp (Esposa) Baiãñ-guiûp
98.	Baiãñ-guiûp	F	22	(Pai) morto (Esposo) Iptin
99.	Tchipari-iuliwa	F	09	(Pai) Iptin (Mãe) Baiãñ-guiûp
100.	Sebûi	F	09	(Pai) Matchianzâp (Mãe) Dibê
101.	Apibe	F	07	(Pai) Passawip, Gavião (Mãe) morta
102.	Pirikawa (Xará)	M	12	(Pai) Matchianzâp (Mãe) Tchimanzai (solteira)
103.	Tchimanzai	F	40	ex-mulher de Matchianzâp
104.	Sagapoga	M	38	(Esposa) Mambê-ira
105.	Mambê-ira	F	35	(Pai) Tandarôp (Esposo) Sagapoga
106.	Tsep-tagap	F	10	(Pai) Sagapoga (Mãe) Mambê-ira
107.	Ado-tsep (Sarrapilha)	M	12	(Pai) Sagapoga (Mãe) Mambê-ira
108.	'Ndzeregab (Poraquê)	M	25	(Pai) Matchianzâp (Esposa) Tsambikir
109.	Tsambikir	F	20	(Esposa) 'Ndzeregab (gestante)
110.	Tsenapô-kuikâp	M	06	(Pai) 'Ndzeregab (Mãe) Tsambikir
111.	Tchinanpopîp	F	30	(Pai) Pabi-abar (Esposo) Iti
112.	Iti (Veado)	M	40	(Esposa) Tchinanpopîp
113.	Pandar-tchinên	M	06	(Pai) Iti (Mãe) Tchinanpopîp
114.	Papê-abir (Alicate)	M	50	(Esposa) Aptin
115.	Aptin	F	42	(Pai) Tandarôp (Esposo) Tapê-abir
116.	Wandzêt-kira	F	65	(Viúva)
117.	Nho-nô (Arara)	M	35	(Esposa) Akapan-wa
118.	Akapan-wa	F	25	(Pai) Panzirib (Esposo) Nho-nô
119.	Tchandjur	F	06	(Pai) Tipia-o (Mãe) Tchinawanziwa
120.	Tipia-o	M	28	(Pai) Tapê-abir (Mãe) Kawiwã (Esposa) Tchinaw
121.	Tchinawanziwa	F	22	(Esposo) Tipia-o (gestante)
122.	Embutsán	F	06	(Pai) Dabit
123.	Djap-kip (Jabã)	M	25	(Pai) morto, criado por Paiô (Esposa) Tapo.
124.	Tapoandjur (Maria)	F	18	(Esposo) Djap-kip (gestante)
125.	Tchinambê (Paulo Sérgio)	M	22	(Pai) Matchianzâp (Esposa) Biaikôt



126.	Biaikôt	F	20	(Esposo) Tchinhambé
127.	Zapuia	M	11	(Pai) Tapiabã (Mãe) Tiganzewa

TOTAL:- 45 + 127 = 172

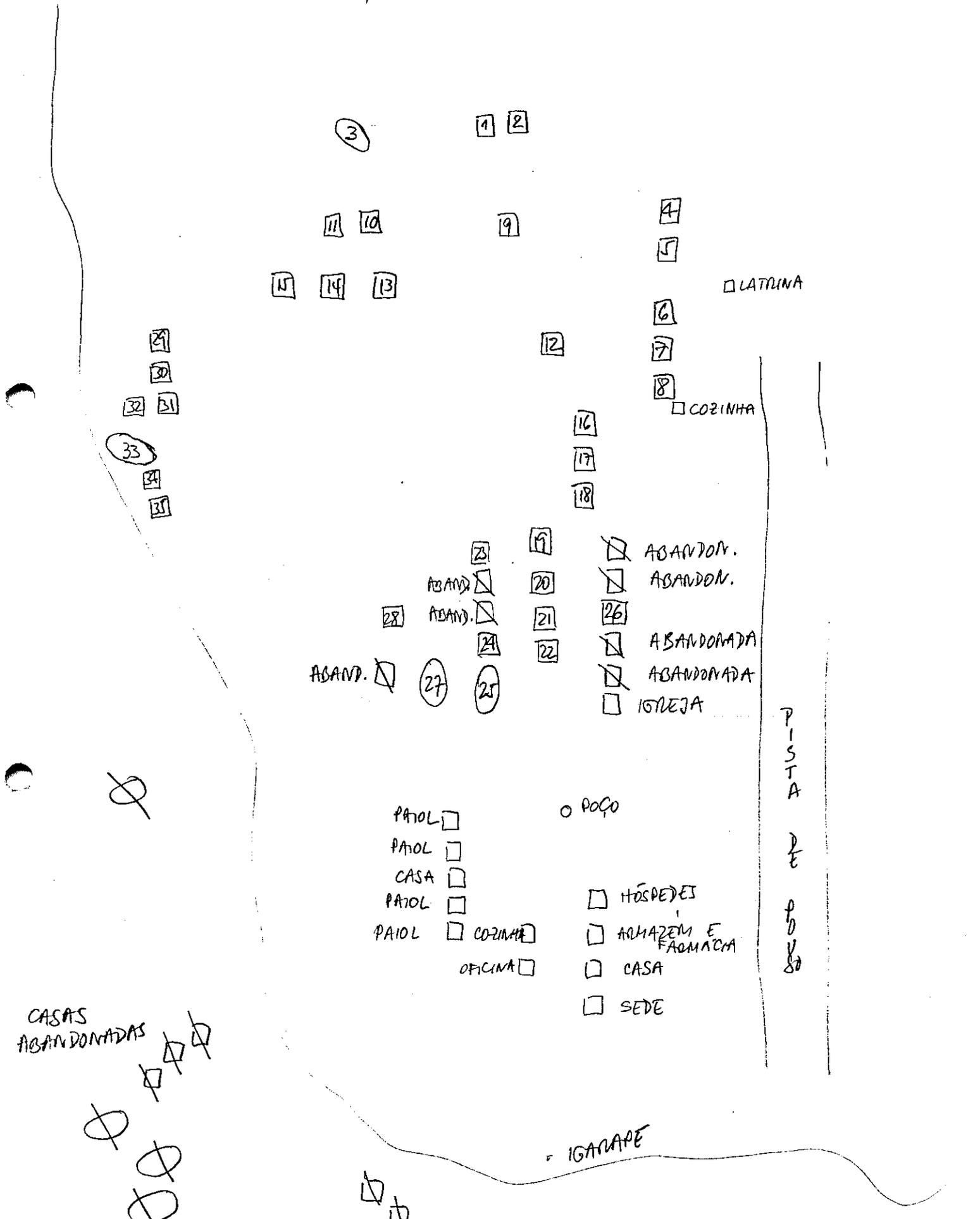
PIRÂMIDE ETÁRIA ZONÓ EM AGOSTO DE 1984 (apenas a população censalada)



324 17



ALDEIA ZORO DISTRIBUIÇÃO DAS MORADIAS DO POSTO



CASAS
ABANDONADAS

IGARAPÉ

PISTA
DE
PÓVO

- PAIOL
- PAIOL
- CASA
- PAIOL
- PAIOL
- COZINHA
- OFICINA
- HÓSPEDES
- ARMAZEM E FARMACIA
- CASA
- SEDE

- ABAND.
- ABAND.
- ABAND.
- ABAND.
- ABAND.
- ABAND.
- IGREJA

LATRINA

COZINHA

POÇO